

2.3.8. Processo nº 000079-450/2015

Requerente(s): Ministério Público de Ananindeua

Requerido(s): Escola em Regime de Convênio Centro Educacional Flaviano Gomes

Origem: 2º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar a carência de professores e servidores de apoio (merendeiras, porteiro, serventes e auxiliar de limpeza) da Escola em Regime de Convênio de Ensino Fundamental Centro Educacional Flaviano Gomes.

2.3.9. Processo nº 000066-151/2017

Requerente(s): Servidores da SESMA

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB

Origem: 1º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa da Capital

Assunto: Apurar possível violação de direitos de funcionários públicos da SESMA – Secretaria Municipal de Saúde de Belém, mais especificamente o não reajuste do salário mínimo, existência de funcionários “fantasmas” ocupando cargos comissionados, não pagamento do adicional de triênio, de férias, vale-alimentação, ausência de licença-prêmio, falta de recursos para ações de atenção básica e segurança nas Unidades de Saúde.

2.3.10. Processo nº 000161-940/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Marabá

Origem: 6ª PJ de Marabá

Assunto: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento da Recomendação Ministerial nº 052/2015 acerca do fornecimento de alimentação enteral.

2.3.11. Processo nº 000135-440/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Ananindeua

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua

Assunto: Apurar a falta de pavimentação asfáltica, infraestrutura e saneamento básico nas vias: Rua Ricardo Borges, Celestino Rocha e passagens Alizilândia, Bom Jesus, Boa Esperança, Município de Ananindeua-PA.

2.3.12. Processo nº 000077-200/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Unidade Pública de Atendimento - UPA - SESAU

Origem: 2º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Averiguar irregularidade no atendimento por médico público.

2.3.13. Processo nº 003183-032/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Paragominas

Origem: 3º PJ de Paragominas

Assunto: Apurar o cumprimento, pelo município de Paragominas-PA, do disposto no art. 28 da lei nº. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), especificamente quanto ao parágrafo único do aludido dispositivo legal.

2.3.14. Processo nº 005109-477/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar possível risco envolvendo a idosa conhecida como “Jurema”.

2.3.15. Processo nº 002339-034/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Tailândia

Origem: 2º PJ de Tailândia

Assunto: Apurar omissão da Secretaria de Saúde do município de Tailândia por não disponibilizar o tratamento de saúde ao menor C.R.S.N.

2.3.16. Processo nº 000282-125/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Coordenadoria Municipal de Turismo - BELEMTUR

Origem: 4º PJ de Defesa dos Direitos Constitucionais Fundamentais e dos Direitos Humanos da Capital

Assunto: Apurar a possível existência de funcionários públicos admitidos sem a prévia realização de concurso público na BELEMTUR – Coordenadoria Municipal de Turismo do Município de Belém.

2.3.17. Processo nº 000018-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Brasil Novo - Prefeitura Municipal

Origem: PJ de Brasil Novo

Assunto: Apurar frequência de Crianças e Adolescente em casas de show, boates, bares e estabelecimentos similares, sem a companhia dos pais ou responsáveis.

2.3.19. Processo nº 000732-344/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): R.G.P.

Origem: PJ de Curuçá

Assunto: Apurar possível caso de negligência e abuso financeiro contra pessoa idosa.

2.3.20. Processo nº 000332-111/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia - CAPAF

Origem: 1º PJ com Atribuições Gerais da Capital

Assunto: Apurar a redução do salário de contribuição dos integrantes da CAPAF – Caixa de Previdência Complementar do Banco da Amazônia.

2.3.21. Processo nº 002045-477/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar os fatos narrados na ficha de atendimento nº. 002045-477/2016, referente à pessoa idosa.

2.3.22. Processo nº 000001-477/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): M.S.S.M.P.

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar os fatos narrados na ficha de atendimento referente à pessoa idosa de 68 anos de idade.

2.3.23. Processo nº 000004-012/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Alcoa World Alumina Brasil Ltda.

Origem: PJ de Terra Santa

Assunto: Apurar o início da pesquisa mineral da ALCOA no município de Terra Santa.

2.3.24. Processo nº 007849-030/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Parauapebas

Origem: 4º PJ de Parauapebas

Assunto: Apurar irregularidades nas contratações de servidores temporários pelo Município de Parauapebas.

2.3.25. Processo nº 000208-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás

Origem: 1º PJ de Canaã dos Carajás

Assunto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao pagamento da ajuda de custo e passagens a paciente Maria Vaneusa de Araújo, a qual faz uso do recurso de Tratamento Fora de Domicílio - TFD.

2.3.26. Processo nº 000154-125/2018

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar a não realização dos serviços de saneamento básico e pavimentação asfáltica na Rua Muiracatiara, localizada no Conjunto Flora Amazônia, bairro Montese (Terra Firme), conforme previa o Projeto de Saneamento da Empresa Belém Ambiental.

2.3.27. Processo nº 003697-477/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): O Estado

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar referente à pessoa idosa, R.N.M., de 61 anos de idade, que se encontrava em situação de risco e vulnerabilidade pessoal e social

2.3.28. Processo nº 000237-112/2013

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Unidade de Atendimento à Pessoa Idosa Socorro Gabriel

Origem: 2º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Providências tendo por objetivo assegurar a qualidade de atendimento assistencial às pessoas idosas acolhidas na Unidade de Atendimento à Pessoa Idosa Socorro Gabriel.

2.3.29. Processo nº 005864-131/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB/PA

Origem: 2º PJ Cível e de Defesa Comunitária e Cidadania de Icoaraci

Assunto: Apurar denúncias referentes às obras do “Projeto Taboquinha”, executado pela Companhia de Habitação do Estado do Pará - COHAB, e integrante do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO e

pela NÃO HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento dos feitos, referentes aos itens 2.3.8, 2.3.9, 2.3.10, 2.3.11, 2.3.12, 2.3.13, 2.3.14, 2.3.15, 2.3.16, 2.3.17, 2.3.19, 2.3.20, 2.3.21, 2.3.22, 2.3.23, 2.3.24, 2.3.25, 2.3.26, 2.3.27, 2.3.28 e 2.3.29, determinando a devolução dos autos às Promotorias de Justiça de origem para efeito de arquivamento, como Procedimento Administrativo, conforme o que determina a Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.

2.3.2. Processo nº 000168-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Rodrigo da Motta França

Origem: 2º PJ de Conceição do Araguaia

Assunto: Apurar conduta funcional do Delegado de Polícia Civil de Conceição do Araguaia/Pa, Rodrigo da Motta França, em razão da não lavratura de flagrante em caso de violência doméstica.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento do feito, devolvendo-se os autos à Promotoria de Justiça de origem para efeito de arquivamento, nos termos da Súmula de nº 002/1998-CSMP, bem como, do art. 11 da Resolução Conjunta nº 01/2011-MP/PJ/CGMP, vez que não compete ao Conselho Superior homologar promoção de arquivamento em matéria de natureza eminentemente criminal.

2.3.3. Processo nº 000034-113/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Posto de Combustíveis localizado na Rua Senador Lemos

Origem: 2º PJ de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar contaminação dos poços artesianos do residencial Olimpus e áreas adjacentes, por derivados de petróleo.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, conforme determina o art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, uma vez que, constatou-se que a contaminação do poço artesiano do Residencial Olimpus e áreas adjacentes, por derivados de petróleo, foi resolvida com sucesso, havendo a reparação do dano e também o ressarcimento civil aos moradores do Condomínio. DECIDIU ainda, que a Promotoria de Justiça de origem forneça as cópias de algumas peças dos autos solicitadas pela empresa PETEM HIDROLOGIA E POÇOS.

2.3.4. Processo nº 000158-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Compra Premiada “Realiza”

Origem: PJ de Rio Maria

Assunto: Apurar supostas práticas de violações ao direito do consumidor.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo NÃO CONHECIMENTO da Promoção de Arquivamento do feito, devolvendo-se os autos à Promotoria de Justiça de origem para efeito de arquivamento, nos termos da Súmula de nº 002/1998-CSMP, bem como, do art. 11 da Resolução Conjunta nº 01/2011-MP/PJ/CGMP, vez que não compete ao Conselho Superior homologar promoção de arquivamento em matéria de natureza eminentemente criminal.

2.3.5. Processo nº 003649-477/2015

Requerente(s): Condomínio Viver Ananindeua

Requerido(s): Projeto Imobiliário Viver Ananindeua Spe 40 LTDA

Origem: 1º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar danos contratuais causados aos consumidores adquirentes das unidades habitacionais do empreendimento Viver Bem Ananindeua.

O Egrégio Conselho Superior, à unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora, DECIDIU pelo CONHECIMENTO e pela HOMOLOGAÇÃO da Promoção de Arquivamento do feito, conforme determina o art. 8º, VII, do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, uma vez que, mediante a assinatura de Termo de Ajuste de Conduta, a empresa Viver, responsável pelas obras do empreendimento Viver Ananindeua, executou todas as pendências do projeto apresentado aos condôminos, portanto, não havendo mais justificativas para o prosseguimento do feito, em razão do Inquérito Civil ter atingido o seu objetivo.

2.3.6. Processo nº 000083-200/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará

Requerido(s): Município de Ananindeua - Prefeitura Municipal

Origem: 1º PJ de Direitos Constitucionais Fundamentais e Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Ananindeua

Assunto: Apurar suposta ofensa ao interesse público consistente em promoção pessoal do Prefeito do Município de Ananindeua através de propagandas institucionais pagas com verbas públicas.